

Judicialização da saúde. Uma revisão sistêmica**Judicialization of health. A systemic review**

DOI:10.34119/bjhrv3n3-177

Recebimento dos originais: 02/05/2020

Aceitação para publicação: 12/06/2020

Inalva Valadares FreitasDoutoranda em Saúde Coletiva - PPgSC - UEFS
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
E-mail: inalvafar@hotmail.com**RESUMO**

Trabalho resultante de uma revisão sistemática a respeito da Judicialização da saúde para acesso a medicamentos no SUS. Revisão bibliográfica sistemática sendo um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência. Foram utilizadas as bases de dados LILACS, SciELO e BDNF, sendo selecionados um total de 47 artigos, publicados no período de 2000 a 2006. As concepções encontradas referem-se ao conceito de JUDICIALIZAÇÃO. Tendo como objetivos realizar revisão sistêmica de literatura na tentativa de identificar os resultados dos estudos já efetuados sobre a judicialização; Identificar seus caminhos, os atores envolvidos e os resultados alcançados que possam nortear outras pesquisas. O estudo trouxe resultados que são apresentados nos quadros descritivos e as conclusões do autor são de que os estudos ainda são insuficientes para se chegar a determinadas conclusões a respeito do fenômeno da judicialização. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou excelente contribuição ao lançar a revista Justiça Pesquisa com o tema “Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiências trazendo o perfil da judicialização da saúde, experiências da efetivação da saúde e outros temas, concluindo que ainda se observa relativa indisponibilidade de dados a respeito do Judiciário brasileiro, especialmente da 1ª instância; necessidade de capacitação de todos os atores políticos, jurídicos e participativos para a efetivação deste direito.

Palavras-chave: judicialização, medicamentos, saúde.**ABSTRACT**

Work resulting from a systematic review regarding the Judicialization of health for access to medicines in SUS. Systematic bibliographic review being a scientific method for searching and analyzing articles from a given area of science. The LILACS, SciELO and BDNF databases were used, with a total of 47 articles selected, published between 2000 and 2006. The conceptions found refer to the concept of JUDICIALIZATION. Aiming to carry out a systematic literature review in an attempt to identify the results of studies already carried out on judicialization; Identify their paths, the actors involved and the results achieved that can guide other research. The study brought results that are presented in the descriptive tables and the author's conclusions are that the studies are still insufficient to reach certain conclusions regarding the phenomenon of judicialization. The National Council of Justice (CNJ) made an excellent contribution when launching the Justice Pesquisa magazine with the theme “Judicialization of health in Brazil: data and experiences bringing the profile of the judicialization of health, experiences of health effectiveness and other themes, concluding that still there is a relative unavailability of data regarding the Brazilian judiciary, especially the lower court; the need for training for all political, legal and participatory actors to make this right effective.

Keywords: judicialization, medicines, health.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da busca na justiça para garantir direitos na área de saúde criou no Brasil o fenômeno da Judicialização. Vários caminhos têm sido desenhados para justificar e explicar o fenômeno, entretanto falta clareza das reais motivações, dos objetos das ações e paira a dúvida da existência de articulação entre a indústria farmacêutica, médicos prescritores e os profissionais do Direito. O objetivo deste trabalho é realizar revisão sistêmica de literatura na tentativa de identificar os resultados dos estudos já efetuados sobre a judicialização, seus caminhos, os atores envolvidos e os resultados alcançados que possam nortear outras pesquisas. A fim de nortear a pesquisa bibliográfica, de caráter teórico apresentamos algumas perguntas: O que já se sabe sobre o tema que desejo estudar?, O que não se sabe? Que contribuição minha pesquisa poderá trazer? A judicialização tem contribuído para estabelecer a equidade na saúde?

A partir dos seus princípios o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece a universalidade como forma de ampliação ao acesso aos serviços de saúde, em especial das camadas da população mais carente socialmente e atua no sentido de reduzir a magnitude das desigualdades presente na atenção à saúde. A lei Orgânica da Saúde de nº alínea d do artigo 6º *a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica*, em caráter universal. Tal princípio demandou a criação de demandas de políticas públicas que determinasse o seu fazer para garantia do acesso e uso racional de medicamentos, coroando com as Políticas Nacional de Medicamentos (PNM), e a Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF)²

Mesmo assim, encontram-se avanços e dificuldades nas ações de assistência farmacêutica com implicações no acesso aos medicamentos até mesmo na atenção básica de saúde. A via da judicialização, para garantir o direito ao medicamento no SUS tem sido apontado como potenciais problemas para a sustentabilidade do SUS, e para a organização da assistência farmacêutica e cumprimento da universalidade.

Os estudos empíricos sobre judicialização, no Brasil, demonstram que medicamentos são os principais objetos de busca da via judicial como forma de garantir o acesso a esse importante insumo de saúde. As políticas existentes não têm dado conta desse direito nem ajudado a esclarecer se a judicialização tem contribuído com a universalidade do acesso aos medicamentos, motivo pelo qual se justifica essa revisão, como um estudo contributivo para outras pesquisas no setor.

2 OBJETIVOS

Realizar revisão sistêmica de literatura na tentativa de identificar os resultados dos estudos já efetuados sobre a judicialização;

Identificar seus caminhos, os atores envolvidos e os resultados alcançados que possam nortear outras pesquisas

3 MÉTODOS

Assim, atendendo ao objetivo do presente artigo escolhemos a revisão bibliográfica sistemática sendo um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência. Os procedimentos analíticos são construídos com base em um conjunto de critérios, definidos pelos autores desta pesquisa, baseada na sistematização de um conjunto de estudos obtidos principalmente da literatura científica. A revisão sistemática permite produzir informação útil com custos reduzidos sendo uma ferramenta importante para mostrar áreas onde a evidência disponível é insuficiente e onde são necessários novos estudos exigindo disciplina no processo de sistematizar os resultados da pesquisa. Foram utilizadas as bases de dados LILACS, SciELO e BDNF, sendo selecionados um total de 47 artigos, publicados no período de 2000 a 2006. As concepções encontradas referem-se ao conceito de JUDICIALIZAÇÃO, entendido como o processo de acesso a medicamentos e tratamentos de saúde pela via judicial. Os artigos foram distribuídos em 03 categorias a saber: i) Perfis das demandas judiciais por ações em serviços de saúde no âmbito do SUS; ii) ações judiciais para acesso a medicamentos e iii) ações judiciais identificando os atores autores das ações.

4 RESULTADOS

Observou-se que os estudos utilizados nessa revisão partem dos direitos constitucionais para analogamente estenderem os direitos individuais de acesso a tratamento de saúde e acesso a medicamentos. No quadro 1 demonstramos os perfis das demandas judiciais por ações em serviços de saúde no âmbito do SUS.

Quadro 1: Perfis das demandas judiciais

Título do artigo	Objetivo	Metodologia	Resultados
A tese da judicialização da saúde pelas elites: os medicamentos mucopolissacaridos ³	Avaliar a hipótese de se a judicialização de medicamentos para o tratamento da mucopolissacaridos e no Brasil seria uma ação das elites econômicas.	Avaliação de processos no Ministério da Saúde	Observou-se uma distribuição expressiva concentrada de advogados; Não foi possível refutar ou nem corroborar a tese da judicialização pelas elites
Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil ^{4,10}	Descrever os efeitos das ações judiciais que requerem o fornecimento de medicamentos, em relação a aspectos da política nacional pesquisa documental, com abordagem metodológica quali-quantitativa	Pesquisa documental, com abordagem metodológica quali-quantitativa, realizando análise exploratória	A maioria das demandas por medicamentos poderiam ser evitadas se fossem consideradas as diretrizes do SUS
Ações judiciais e direito à saúde: reflexão sobre a observância aos princípios do SUS ⁵	Emitir uma reflexão sobre a interpretação do direito à saúde e suas consequências	Avaliação documental	O Judiciário não observa a existência de política pública para sua tomada de decisão.
Perfil das demandas judiciais por medicamentos em municípios do estado da Bahia ⁶	Descrever o perfil das demandas judiciais por medicamentos, agregando conhecimento empírico sobre o processo de judicialização da saúde.	Pesquisa de caráter quantitativo, descritivo e retrospectivo.	Observou-se que no período de 2006 a 2010, foram impetradas 228 ações judiciais solicitando 574 medicamentos, perfazendo uma média de 2,5 medicamentos por ação judicial.

Do total de 14 artigos selecionados três trazem o perfil de análise documental, no caso processos judiciais na saúde, sendo todos referentes ao acesso a medicamentos e nenhum deles é conclusivo quanto aos respectivos objetivos traçados. Com essas considerações observamos, que ainda há uma necessidade de mais estudos na área, mesmo que o judiciário já tenha domínio sobre o tema.

Mas temos mais artigos a serem categorizados pois entendemos que a judicialização, tratado como fenômeno têm determinados impactos econômicos consideráveis. Vieira e Zucchi (2013)⁷ estudaram o financiamento da assistência farmacêutica concluindo que a universalidade implica em equidade de acesso e proteção do risco financeiro, o que resulta em grandes demandas para os responsáveis pelo financiamento do sistema de saúde. E ainda, que o financiamento tem se apresentado como um dos grandes desafios à consolidação de sistemas universais. (VEIRA; zucchi 2013).⁷

Quadro 2: Ações judiciais para acesso a medicamentos.

Título do artigo	Objetivo	Metodologia	Resultados
A Judicialização da saúde e a política nacional de assistência farmacêutica no Brasil: gestão da clínica e medicalização da justiça ⁸	Criar bases conceituais para a discussão da judicialização da saúde no Brasil	Revisão bibliográfica	A via judicial tem propiciado o exercício dos princípios constitucionais da universalidade, integralidade e equidade na assistência à saúde
Caracterização de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos essenciais no Estado do Rio de Janeiro ⁹	Apresentar a demanda individual e local por medicamentos, como forma de auxiliar os gestores do setor	Estudo descritivo retrospectivo. A unidade de análise foi o processo judicial individual	A essencialidade do medicamento na perspectiva do setor saúde, corresponde à definição expressa da PMN de garantir o

Quadro 3: Ações judiciais identificando os atores autores das ações.

Título do artigo	Objetivo	Metodologia	Resultados
Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil ¹⁰	Descrever os efeitos das ações judiciais que requerem o fornecimento de medicamentos, em relação a aspectos da política nacional pesquisa documental, com abordagem metodológica qualitativa	Pesquisa documental, com abordagem metodológica qualitativa, realização de análise exploratória	A maioria das demandas por medicamentos poderiam ser evitadas se fossem consideradas as diretrizes do SUS
Judicialização da política de assistência farmacêutica e equidade ¹¹	Descritivo baseado na análise dos dados extraídos do Sistema de Controle Jurídico	Caracterizar as demandas judiciais para a obtenção de medicamentos juntos à SES-SP	Ao se fornecerem medicamentos pela via judicial não se observa a política de assistência farmacêutica do SUS.
O fornecimento gratuito de medicamentos e a judicialização excessiva ¹²	Discutir a judicialização da saúde como via de garantir a universalidade do acesso a medicamentos.	Compor a revista RPGE, do setor jurídico.	Contribuições para a formulação de estratégias e políticas públicas.

Nestes artigos estão determinados e categorizados os entes envolvidos na demandas judiciais. Na maioria das demandas são advogados particulares os petionários das ações, dominam as ações individuais sobre as coletivas, não se identificou a influência da indústria farmacêutica diretamente no processo. Assim, entre os estudos em levantados não foi possível determinar se foram consideradas as políticas públicas e o impacto financeiro das ações sobre o sistema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de algumas restrições metodológicas, este artigo permite concluir que os estudos ainda são insuficientes para se chegar a determinadas conclusões a respeito do fenômeno da judicialização. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou excelente contribuição ao lançar a revista *Justiça Pesquisa* com o tema “Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiências (2015)”¹³ trazendo o perfil da judicialização da saúde, experiências da efetivação da saúde e outros temas, concluindo que ainda se observa relativa indisponibilidade de dados a respeito do Judiciário brasileiro, especialmente da 1ª instância; necessidade de capacitação de todos os atores políticos,

jurídicos e participativos para a efetivação deste direito.

Neste cenário, consideramos que se torna urgente e necessário o aprofundamento da pesquisa sobre o fenômeno da judicialização a fim de que se preencha os vazios das publicações científicas até o momento. Pairam, ainda perguntas importantes como: a judicialização promove a equidade em saúde ou contribui para o alargamento do fosso social? São necessárias políticas públicas mais determinantes para o acesso aos serviços de ações de atenção à saúde? Existe de fato um conluio entre advogados, indústria farmacêutica e prescritores que alimentam a judicialização?

Não pairou dúvida de que os medicamentos ocupam a maioria das ações judiciais concluídas e em curso no país com o risco de tornar o usuário um número relacionado à tradição intervencionistas das políticas de saúde no Brasil. Como bem concluiu o CNJ a capacitação inteligente de todos os atores dará uma grande contribuição para que o usuário não se torne um número no sistema, constituindo-se muito mais como objeto do que como sujeito ativo no processo saúde doença.

Não foi possível concluir o desempenho do farmacêutico nesse processo. Deveria este assessorar ao juiz, com pareceres fies da melhor terapia, mas não houve estudo que registrasse esse elemento na cadeia clínica do medicamento.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Brasil. Presidência da República. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990^a. Disponível em: <[HTTP://planalto.gov.br/ccivel_03leis/L8080.htm](http://planalto.gov.br/ccivel_03leis/L8080.htm)>. Acesso em 26 mar. 2017

Medeiros, M. Diniz D., Vanessa I. D. S. A tese da judicialização da saúde pelas elites: os medicamentos para mucopolissacaridose. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4) p.1089- 1098, 2013

Vieira. F.S.; Zucchi, P. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil *Saúde Soc. São Paulo*, v.22, n.1, p.73-84, 2013.

Vieira. F.S.; Zucchi, P. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil. *Rev. Saúde Pública*. 2007, 41(2):214-222.

Barreto, J.L.; Pereira, M.T.; Guimarães, M.C.L.; Penaforte, T.R.; Formigli, V.L.A. Perfil das demandas judiciais por medicamentos em municípios do estado da Bahia *Rev. Saúde Pública* 37(3) p. 536-552. 2013.

Vieira, F.S.; Zucchi, P. Financiamento da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde. *Saúde e Sociedade*. 22(1)73-84, 2013

Andrade, E.L.G., Machado, C. D, Faleiros, D. R, Szuster, D. A. C.; Junior, A.A. G.; Silva, G. D.; Cherchiglia, M. L. Acúrcio, F.A. A Judicialização da saúde e a política nacional de assistência farmacêutica no Brasil: gestão da clínica e medicalização da justiça. *Rev. Med. Minas Gerais* 2008;18(4supl 4) 546-550.

Pepe, V.L.E., Ventura, M., Sant'ana, J. M. B., Figueredo, T.A., Souza, V. R., Simas, L., Osório-de-Castro, C.G.S. Caracterização de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos essenciais no Estado do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, 26(3), 461-471 mar 2010

Vieira. F.S.; Zucchi, P. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil *Saúde Soc. São Paulo*, v.22, n.1, p.73-84, 2013.

Chieffi, A.L.; Barata, R.B. Judicialização da política de assistência farmacêutica e equidade. *Cad. Saúde Pública*, 25(8), 1839-1849 ago 2009.

RPGE. O fornecimento gratuito de medicamento e a judicialização excessiva. *RPGE*, Porto Alegre, v. 31 n. 66, p.89-114, jul-dez 2007.